

O grande crescimento dos evangélicos no Brasil, algo que vem ocorrendo nas últimas décadas, representa uma redefinição do próprio religioso. Os católicos sempre constituíram o grupo religioso majoritário e sempre definiram o lugar da religião no Brasil, mas isto vem mudando. Os evangélicos já constituem aproximadamente 31% da população e continuam crescendo, enquanto os católicos constituem aproximadamente 50% da população e continuam decrescendo. Nos próximos cinco ou dez anos, se a tendência continuar a mesma, os evangélicos constituirão o maior grupo religioso no Brasil. Esta presença evangélica é um desafio quando pensa-se no jogo democrático brasileiro, na concepção de laicidade que está se constituindo e nos limites (ou ausência de limites) da liberdade religiosa.

Os eleitores evangélicos são aqueles mais suscetíveis a seguirem a opção política indicada por seus pastores e bispos. Mesmo quando diversos líderes evangélicos dizem que não misturam religião com política, é possível constatar que eles participam da política partidária de forma dissimulada. Por exemplo, quando há convocação para “jejum e oração pelo Brasil” significa que é no sentido de apoio a determinado governo ou candidato, mas quando há convocação para “jejum e oração contra a iniquidade” é no sentido de oposição a determinado governo ou candidato. Quando há menção ao princípio da submissão às autoridades é somente em relação ao governo que agrada os respectivos líderes evangélicos, caso contrário isto não é mencionado.

Os próprios líderes das grandes igrejas pentecostais atuam direta ou indiretamente na política partidária. São pastores, reverendos e bispos evangélicos, ou seus filhos e outros familiares, que fazem parte das frentes parlamentares ou bancadas evangélicas no Congresso Nacional e nas câmaras estaduais e municipais, que estão na direção de alguns partidos e que ocupam cargos públicos. Esta atuação dos líderes pentecostais caracteriza-se como abuso do poder religioso e prejudica o jogo democrático brasileiro, porque os membros das igrejas evangélicas se sentem obrigados a seguirem os mesmos posicionamentos políticos de seus líderes.

Não são somente os líderes pentecostais que estão na política partidária. Diversos membros do governo de Jair Messias Bolsonaro são pastores de igrejas evangélicas históricas (estão atuando no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, no Ministério da Educação, entre outros). Mesmo que estes pastores defendam a laicidade em seus discursos, defendam a separação entre o estado e as instituições religiosas, o próprio fato deles serem líderes religiosos e, ao mesmo tempo, membros de um governo já

caracteriza-se como uma violação do princípio da laicidade.

O que dizer das candidaturas de líderes evangélicos pelos partidos de esquerda? Por que os partidos de esquerda estão com esta nova estratégia de apresentar pastores e pastoras, reverendos e reverendas, como candidatos? Por que isto agora? A resposta padrão tem sido: “laicidade não pode ser confundida com proibição da participação política por pessoas de fé”. Quando o pastor ou pastora, reverendo ou reverenda, é candidato dos partidos de esquerda, deixa de ser visto como líder religioso e passa a ser considerado apenas uma “pessoa de fé”. Esta é a forma da esquerda amenizar a violação do princípio da laicidade que ela promove.

Constata-se que líderes evangélicos de diferentes denominações e com as mais variadas posições políticas não estão dispostos a discutir e definir os limites da liberdade religiosa. Isto nos remete a outras questões relacionadas às atividades das igrejas evangélicas. Como os líderes evangélicos não estão dispostos a discutir sobre a laicidade e a liberdade religiosa de um modo geral, uma estratégia que podemos utilizar é colocando questões relativas a casos concretos:

- O que você acha das dívidas milionárias das igrejas evangélicas relacionadas a encargos trabalhistas? Isto é ético e aceitável? Sim ou não?
- O que você acha das igrejas evangélicas remunerarem seus pastores com base na arrecadação, como se fosse uma participação nos lucros? Isto é ético e aceitável? Sim ou não?
- Você acha ético e aceitável as lideranças pedirem dízimos e ofertas para pessoas pobres? Você acha ético e aceitável pedir dízimos e ofertas para quem tem renda inferior a um salário mínimo? Sim ou não?
- Você acha ético e aceitável um líder religioso (pastor, pastora, reverendo, reverenda, bispo, bispa, etc.) atuar ao mesmo tempo como líder religioso e como político, ter o púlpito e a tribuna? Isto é ético e aceitável? Sim ou não?

Esses elementos apresentados indicam que a presença evangélica tem de alguma forma prejudicado o jogo democrático brasileiro. É imprescindível discutir sobre a concepção de laicidade que está se constituindo no Brasil, é preciso estabelecer alguns limites mínimos para a liberdade religiosa, algo que seja minimamente aceitável, e coibir as atividades criminosas no meio evangélico. Se os pastores acham que propor algo assim trata-se de perseguição contra os evangélicos, então pelo menos respondam algumas questões concretas.

* * * * *

Referências:

Fiorotti, S. *Liberdade religiosa dos evangélicos em tempos de pandemia*. In: A Pátria, Funchal, 23/3/2020.

Fiorotti, S. *Educação básica como um campo em disputa para evangélicos*. In: A Pátria, Funchal, 06/5/2020.

Tsavkko-Garcia, R. *Is Brazil Becoming an Evangelical Theocracy?* In: Sojourners, Washington DC, 02/1/2020.